



ATAS

ATA DA SESSÃO PÚBLICA VINCULADA À CONCORRÊNCIA Nº 001/2021

Aos dez dias do mês de maio de 2021, às 09h00min, na sala de sessão preparada para Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), localizada no Centro Administrativo Des. José de Jesus Ferreira Lopes, situado na Av. André Araújo, s/ nº, Aleixo, Manaus/Am, CEP: 69060-000, reuniram-se em sessão pública a Comissão Permanente de Licitação, para por sua Presidente proceder a abertura da **Concorrência nº 001/2021**, oriunda do **Processo Administrativo nº 2019/000028284-00**, cujo objeto é a **contratação de instituição financeira bancária oficial para gerir, com exclusividade, as contas de depósitos judiciais, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor – RPV, que tramitam no Poder Judiciário do Estado do Amazonas**. Aberta a sessão, a Presidente da CPL saudou todos os licitantes presentes, informou acerca do objeto licitado e a modalidade de licitação, bem como apresentou os membros da CPL que estão designados para operar a sessão. QUE a Secretária entrou em contato telefônico com o Setor de Protocolo às 08h10min, e o servidor Wendell Martins do Nascimento informou que até o presente horário não há registro de nenhum envelope para remessa a esta Comissão, vinculada à Concorrência nº 001/2021. QUE foram realizados dois pregões de convocação na sala preparada para recepção das licitantes, o primeiro, às 09h00min e, o segundo, às 09h15min. QUE nenhum proponente interessado compareceu à sessão Pública, restando **DESERTA**. QUE nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão de abertura.

Elízia Mara Costa Israel
Presidente da CPL

Tatiana Paz de Almeida
Secretária da CPL

Livia dos Santos Vasquez
Membro da CPL
Wendell Martins do Nascimento
Membro da CPL

Iano Sá e Souza de Wanderley
Membro da CPL

EXTRATOS

EXTRATO Nº 70/2020 - DVPESSOAL/TJ

- 1. ESPÉCIE:** 2º Termo Aditivo do Contrato Administrativo Nº 43/2018-TJAM/TEMP;
- 2. DATA DE ASSINATURA:** 14/07/2020;
- 3. PARTICIPES:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e Sra. ELISANGELA ARAUJO DE ALMEIDA;
- 4. OBJETO:** O presente termo aditivo tem como objetivo a prorrogação do contrato nº 43/2018, relativo à prestação dos serviços de Assistente Judiciário;
- 5. VALOR:** O valor bruto global do presente termo aditivo do contrato é de R\$: 7.665,01 (sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e um centavo);
- 6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros, para cobertura do termo aditivo de contrato, correrão à conta do Programa de Trabalho 02.061.3291.2566.0001, Elemento de Despesa 31901300, Fonte de Recurso 100, Unidade Orçamentária 04101 (Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas);
- 7. VIGÊNCIA:** O prazo do presente termo aditivo é de 30 (trinta) dias, consoante o art. 4º, inciso I da Lei nº 2607/00 a contar da 05/07/2020;
- 8.** O presente termo aditivo de contrato decorre da Portaria nº 1490/2020-PTJ, publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 13/07/2020, não constituindo nova contratação, mas tão somente a formalização do ato administrativo antes referido, conforme determinam as Lei nº 2607/00 e 8666/93.

Manaus, 14 de julho de 2020.

(assinado digitalmente)
Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

EXTRATO Nº 71/2020 - DVPESSOAL/TJ

- 1. ESPÉCIE:** 2º Termo Aditivo do Contrato Administrativo Nº 42/2018-TJAM/TEMP;
- 2. DATA DE ASSINATURA:** 14/07/2020;
- 3. PARTICIPES:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e Sra. ELISANDRA ROCHA DE SOUZA;
- 4. OBJETO:** O presente termo aditivo tem como objetivo a prorrogação do contrato nº 42/2018, relativo à prestação dos serviços de Analista Judiciário;
- 5. VALOR:** O valor bruto global do presente termo aditivo do contrato é de R\$: 12.505,13 (doze mil, quinhentos e cinco reais e treze centavos);
- 6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros, para cobertura do termo aditivo de contrato, correrão à conta do Programa de Trabalho 02.061.3291.2566.0001, Elemento de Despesa 31901300, Fonte de Recurso 100, Unidade Orçamentária 04101 (Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas);
- 7. VIGÊNCIA:** O prazo do presente termo aditivo é de 30 (trinta) dias, consoante o art. 4º, inciso I da Lei nº 2607/00 a contar de 05/07/2020;